



Comunicação de  
Pesquisa

Estrabão

Vol. (4): 768 - 776

© Autores

DOI: 10.53455/re.v4i1.186



Recebido em: 01/08/2023

Publicado em: 31/12/2023

# Ensino de geografia e a educação inclusiva na escola: Falem professores!

## Teaching geography and inclusive education in school: Speak teachers!

*Josias Ivanildo Flores de Carvalho*<sup>1A</sup>, *Francisco Kennedy Silva dos Santos*

### Resumo:

**Contexto:** O ensino de Geografia na educação básica está relacionado ao desenvolvimento cognitivo, social e emancipatório de todos os estudantes nas diferentes fases de escolarização. Este trabalho tem o objetivo de apresentar como a educação inclusiva vem ocorrendo em três escolas do Estado de Alagoas. **Metodologia:** Utilizando uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Os procedimentos de pesquisa incluíram leitura de textos, análise de leis, emprego de questionário para coleta de dados e análise de conteúdo do material coletado. **Considerações:** Os resultados constatarem que a educação inclusiva nas escolas pesquisadas está em processo de implementação e construção. Embora os professores estejam cientes do direito dos estudantes de aprender e interagir socialmente, a estrutura escolar precária e a falta de material didático dificultam a implementação de um ensino e de uma escola inclusiva para os estudantes com deficiência física, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação cognitiva, e demais estudantes.

**Palavras-Chave:** Ensino de Geografia., Inclusão escolar, Professores de Geografia.

### Abstract:

**Context:** The teaching of Geography in basic education is related to the cognitive, social and emancipatory development of all students at different stages of schooling. This work aims to present how inclusive education has been occurring in three schools in the state of Alagoas. **Methodology:** Using a qualitative approach research, case study type. The research procedures included reading of texts, analysis of laws, use of questionnaires for data collection and analysis of content of the collected material. **Considerations:** The results found that inclusive education in the researched schools is in the process of implementation and construction. Although teachers are aware of the students' right to learn and interact socially, the poor school structure and lack of teaching materials hinder the implementation of an inclusive teaching and school for students with physical disabilities, global development disorder, high abilities and cognitive giftedness, and other students.

**Keywords:** Geography Teaching., School Inclusion, Geography Teachers.

1 - Professor Estatutário da Secretaria Estadual da Educação do Estado de Alagoas - SEDUC-AL

A - Contato principal: josias.carvalho@ufpe.br

## Introdução

O ensino de Geografia na educação básica está relacionado ao desenvolvimento cognitivo, social e emancipatório para todos os estudantes nas diferentes fases de escolarização por meio dos conteúdos geográficos que estão presente no currículo escolar. Para tanto, o professor de Geografia exerce um papel de mediador dos conteúdos, perante o processo de transposição didática, que ocorre na relação complexa e dialógica entre professor-estudante-conteúdo.

Esta mediação é entendida como processo das ações proporcionadas pelos professores, que envolve desde o domínio dos conteúdos, o planejamento do professor, as condições de trabalho na sala de aula e no espaço escolar, os recursos didáticos disponíveis e a rede de cooperação e/ou de colaboração criadas que favoreçam a criação de métodos de ensino mais criativos, inovadores e significativos no ambiente de sala de aula e em todo o espaço escolar e com isso os estudantes aprendam mais e com melhor qualidade.

No entanto, o que vem sendo constatado na maioria dos casos, é que as condições de trabalho e as redes de apoio que os professores e os estudantes deveriam contar são insipientes, para permitir um ensino que avance para além das aulas expositivas e da limitação instituída culturalmente, onde só a sala aula tradicional é favorável ao ensino-aprendizagem, negando assim as diversas possibilidades para tornar a escola mais interessante para todos.

Esta reflexão inicial se faz necessária para compreendermos que o ensino de Geografia ainda está passando por uma mudança de um ensino e de uma escola de perspectiva tradicional e da falta de apoio social para com os professores e os estudantes, como também a falta de uma estrutura mínima para o trabalho (ventiladores, projetores, banheiros adequados, recursos didáticos de Geografia, etc.), porém, uma nova demanda surge para o ensino de Geografia e para escola: a educação inclusiva.

Deste modo, necessitando de atenção por parte dos professores de Geografia e de todos que compõem a escola familiares-gestão-alunos-profissionais da educação. A questão de estudantes portadores de deficiência ou com altas habilidades no contexto escolar requer a construção de um ambiente escolar que proporcione o pleno desenvolvimento dos mesmos, nos aspectos da cognição, da socialização e da emancipação humana também.

Diante do exposto, a problemática deste artigo é: como o professor de Geografia vem entendendo a educação inclusiva no espaço escolar e seus rebatimentos no ensino? Este estudo, tem como objetivo central: apresentar como a educação inclusiva vem ocorrendo em três escolas do Estado de Alagoas. Para tanto, os objetivos específicos são entender a educação inclusiva e refletir sobre o ensino de Geografia para a educação inclusiva.

A metodologia parte de uma abordagem qualitativa, posto que esta se adequa melhor para os estudos das questões humanas e sociais por permitir relacionar sujeitos e os fatos, Minayo (2009). Sendo uma pesquisa do tipo estudo de caso, tendo como procedimentos de pesquisa, leitura de textos, análise de leis, emprego de questionário para coleta de dados, conforme propõe Lakatos e Marconi (2002) e a análise se deu a partir da técnica de análise conteúdo da Bardin (2006) através da transcrição total e análise a partir dos sujeitos e do embasamento teórico.

O manuscrito está organizado da seguinte forma: introdução com as primeiras reflexões e a metodologia científica adotada; no item dois, se tem uma breve discussão sobre ensino de Geografia e educação inclusiva; posteriormente, é exposto uma entrevista com um professor de Geografia e por fim, as considerações finais. Este manuscrito almeja que as questões que envolvem a educação inclusiva seja um tema cada vez mais abordado na área de ensino de Geografia para que possamos realmente ressignificar esta disciplina no espaço escolar diante da complexidade que professores e estudantes vivenciam diariamente.

## Geografia e inclusão no espaço escolar

A Geografia é uma ciência que tem por objeto de estudo e de ensino o espaço geográfico por meio de uma relação complexa e dialógica entre a sociedade e a natureza, Correia (1987). Partindo deste entendimento, a Geografia é uma ciência e disciplina escolar da área das ciências humanas que mobiliza conceitos, temas e princípios para a construção de um pensamento espacial sistematizado nos estudantes em processo de

escolarização como é posto por Castellar e Paula (2020).

O pensamento espacial geográfico almejado é o que os sujeitos em contato com a Geografia dos livros, dos softwares, dos smartphones e da vida cotidiana pelas relações sociais e naturais materializadas no espaço geográfico sirva para compreender o sistema social vigente nas áreas econômicas, políticas, cultural, educacional, tecnológica, ambiental, entre tantas outras e com isto possam intervir no mundo de maneira humanística, engajada e protagonista, Kennedy (2019).

O pensamento espacial sistematizado que a Geografia pretende desenvolver nos estudantes não é apenas para a acumulação de conteúdos para a realização de exames avaliativos, mas sim, para a formação de sujeitos que apropriados dos conteúdos sistematizados e de seus saberes prévios construídos no seu lugar, no seu cotidiano e em relação com o mundo possam propor mudanças estruturais na lógica desumana prevalente como defende Carvalho (2019).

A Geografia contemporânea almeja verdadeiramente romper com o paradigma meramente conteudista, de ensino tradicional e que limita o ser e o fazer criativo dos estudantes e dos professores que estão em sala de aula e em outros espaços educativos da escola. Mas, isso não é uma tarefa fácil. Requer reflexões, compreensões e mobilizações por parte dos que fazem a educação para mudar o que não liberta os estudantes para a construção de uma sociedade melhor, que respeita o ser humano em sua plenitude, seguindo os ensinamentos de Freire (2016).

Para tanto, professores vem buscando novos métodos de ensino para o ambiente escolar que alie os conhecimentos geográficos que são essenciais para contribuir na formação de crianças, jovens e adultos comprometido com uma cidadania ética, consciente e participe. Posto isto, o ensino de Geografia não pode ser realizado apenas para os sujeitos considerados “normais”, mas sim, para todos que tem o direito a educação e a aprender dentro de suas reais necessidades, conforme a LDB de 1996.

É na perspectiva de entender que os estudantes com deficiência também têm o direito a uma educação formal, que lhes capacite também para a construção de um pensamento espacial dentro de suas possibilidades que precisamos refletir a questão da deficiência a luz de Vygotsky (1997) que via nos portadores de deficiência as suas potencialidades e não as suas limitações de ordem biológica.

Ibidem (1997) não nega as questões biológicas dos portadores de deficiência. Porém, observou que a questão cultural de excluir os deficientes do processo de ensino-aprendizagem e do convívio social, gera limitações para perceber que os deficientes também podem aprender. Seguindo assim, a perspectiva sociocultural se faz necessária para compreender que os deficientes podem socializar, aprender e por meio de suas características até mudar um mundo por meio de respeito, inclusão, solidariedade e conhecimento.

Isto precisa ser cada dia mais entendido, refletido e compreendido pela sociedade e pelos profissionais de educação e pelo conjunto de estudantes sem uma deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação cognitiva. Para tanto, ações precisam ser tomadas pelos agentes públicos e pela comunidade escolar visando tornar a escola e sala de aula um espaço de ensino e aprendizagem para todos, todas e todes que valoriza a humanidade particular e coletiva.

Cavalcanti (2005), nos conduz a compreender que o ensino de Geografia escolar precisa de instrumentos de mediação que auxiliem os professores e os estudantes para a construção de processos de ensino e aprendizagem eficazes. Uma vez que, o ensino-aprendizagem parte das relações sociais e do meio: “[...] constituídas em situações específicas, na vida social, valendo-se de processos de internalização, mediante uso de instrumentos de mediação” (Ibidem, 2005, p. 4).

O que é colocado anteriormente, está em conformidade com Vygotsky (2008, p. 24): “[...] segundo a nossa concepção, o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual”. Deste modo, tanto os estudantes com algum tipo de deficiência ou não, precisam de uma mediação social que leve a um desenvolvimento favorável, como propõe Rosario (2023, s.p): “Dessa forma, podemos perceber que a escolarização da pessoa com deficiência é um ponto muito importante para que o processo de compensação, bem como o seu próprio desenvolvimento se dê favoravelmente”.

Até o momento, a nossa perspectiva é que a escola, os professores, os conteúdos, os estudantes e a sociedade podem contribuir para o processo de inclusão e desenvolvimento favorável e satisfatório dos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de uma em um estudante que são parte da sociedade.

Caminhamos para uma cidadania coletiva, que deve ser entendida a partir da seguinte lógica:

Perpassa a conquista e a constante recriação dos direitos civil, político e social. Além disso, ela pressupõe o princípio de igualdade. Portanto, um conjunto de direitos e deveres que incondicionalmente deve ser exercido por todos, irrestritamente e, para isso, as questões relativas ao espaço são fundamentais. (FARIAS, 2020, p.14).

Seguindo o supracitado autor, é notório que a educação foi um direito conquistado por um conjunto social que busca uma escola de qualidade, com possibilidades de desenvolvimento cognitivo e social e equidade humana. Para tanto, a igualdade deve ser sempre levada em consideração pelos professores, estudantes e agentes públicos no que diz respeito aos deficientes em escolarização. Mas não, uma igualdade que impõe métodos de ensino dispare e espaço escolar sem condições estruturais para receber tanto os estudantes com deficiência ou sem deficiência.

Ibidem (2020) é um defensor que a Geografia e a construção de um pensamento espacial deve ser um direito de todas as crianças, jovens e adultos em processo de escolarização para que possam assim intervir no mundo de maneira crítica. A partir deste, reforçamos que os deficientes podem também aprender sobre o espaço geográfico e a relação sociedade e natureza de forma inclusiva desde que exista condições para tal finalidade.

O direito a escola e o aprender consta na Constituição Federal do Brasil de 1988 da seguinte forma: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, mas ainda é relativizado por muitos, o que gera desigualdades sociais. Este artigo constitucional, precisa ser seguido em sua íntegra para que os estudantes com deficiência ou não e que sejam respeitadas as necessidades dos estudantes, como também reconhecendo estes como cidadãos.

Essa concepção deveria ser a via de regra em todas as escolas do Brasil, mas os professores, estudantes, pais e a comunidade escolar vêm passando por dificuldades e limitações para que a inclusão aconteça de forma eficiente e significativa para todos os sujeitos que vivem com os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de uma em um estudante.

Barros, Silva e Costa (2015) evidenciaram que a falta de infraestrutura nas escolas públicas no Brasil está dificultando o processo de inclusão dos alunos que possuem algum tipo de deficiência seja ela visual, auditiva, motora, cognitiva, física de locomoção, etc. Estas pesquisadoras, apontam que além da estrutura físico-estrutural o currículo escolar precisa ser também pensado para os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de uma em um estudante.

Perante isto, constata-se que a falta de infraestrutura escolar adequada para os estudantes sem deficiência já era vivenciada cotidianamente, por estudantes, professores e familiares, como por exemplo: a falta laboratórios de informática, de espaços físicos para áreas de ciências exatas, letras e humanas, auditórios, área de lazer, recursos tecnológicos, materiais básicos como tintas, folhas, etc., ainda não é uma realidade em todas as escolas do território brasileiro.

Mostrando assim, que muito ainda tem a ser feito, pois os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de uma estão na maioria das vezes submetidos a falta de condições mínimas para aprender e conviver. Já que o material especializado raramente existe para que os professores possam trabalhar em sala de aula, o que deverias ser fornecido pelos agentes públicos responsáveis pela educação e ser uma exigência da sociedade.

Em relação ao ensino de Geografia Almeida, Pereira e Santos (2022) propõe uma Geografia da inclusão pautada nos seguintes princípios:

Destacamos que exercer uma Geografia da Inclusão é agir de maneira revolucionária, pois o professor estimulará o protagonismo estudantil ao acolher as diferenças e diversidades existentes entre os sujeitos em uma sala

de aula, com aspectos particulares subjetivos e intersubjetivos, construindo identidade e autonomia, singularidade e visão coletiva. Assim poderemos promover uma Inclusão, pautada em justiça social, na qual a educação poderá ser equalizadora de oportunidade para todos os indivíduos. (Ibidem, 2022, p. 115).

Trazer estas autoras, se fez necessário para reafirmar que sem as condições de trabalho e respeito ao direito dos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva só será possível se avançarmos em questões básicas de estrutura e coletividade. Sem este avanço, não iremos evoluir como sociedade.

A inclusão dos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva nas aulas e no espaço escolar é um avanço no cumprimento de acordos internacionais como, a Declaração de Salamanca (1994) e leis nacionais, como a lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Entretanto, a sociedade, pais, professores, trabalhadores da educação e familiares precisam exigir que a educação dos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva seja de qualidade, com equidade, inclusiva e que gere aprendizagens positivas nos estudantes. O que envolve os conhecimentos espaciais de Geografia e o fazer Geografia dos deficientes, pois independente de nossa condição biológica produzimos especializações por meio das relações sociais e com a natureza.

### **Com a palavra os professores de geografia**

Antes de transcrever na íntegra as repostas e analisá-las a luz do referencial teórico, se faz necessário explicar que participaram desta pesquisa, três professores de Geografia de três de escolas da Região Norte de Alagoas que atuam em diferentes etapas da educação formal. Para preservar a identidade dos professores estes receberam a sigla: P1, P2, P3 e suas escolas de atuação não serão identificadas neste estudo.

Os professores responderam a um questionário produzido no Google Forms que foi enviado para os e-mails dos três participantes. Todos aceitaram participar e responderam as cinco questões elaboradas. Assim, colaborando para este trabalho e demonstrando que os professores de Geografia estão atentos ao movimento de inclusão escolar.

A primeira questão foi: você foi formado para trabalhar com estudantes portadores de alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de um aspecto na formação inicial? Este questionamento pretendeu saber se os professores são formados para trabalhar com os estudantes deficientes. E as respostas recebidas foram estas:

Não tive formação inicial para poder trabalhar com os estudantes com deficiência. Na realidade, não houve se quer uma disciplina para isso. (P1).

Na verdade, não. As disciplinas que tive foram todas da Geografia e algumas de educação. Sinto falta hoje ao lidar com os alunos deficientes. (P2).

A questão dos estudantes portadores de alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva na minha época não era debatida na formação. (P3).

Diante destas, pode-se aferir a partir dos dados que a formação inicial de professores para a educação básica não vem nos cursos de Geografia propondo disciplinas ou discursões sobre inclusão escolar e dos estudantes portadores de alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva. Isso é algo preocupante, dado que já deveria ser mais comum dado os avanços legais e diante da realidade que os professores estão inseridos na educação básica.

Para Almeida, Pereira e Santos (2022) a formação inicial de professores de Geografia precisa lidar com essa temática visando tornar o ensino e aprendizagem deste público mais adequada, ao tempo que os futuros professores são capacitados para trabalhar com portadores de alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva.

A segunda questão foi: na escola que trabalha já houve alguma formação para inclusão de estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de um aspecto? Essa pergunta teve como ideia central ouvir os professores sobre a formação continuada oferecida na escola e na rede estadual de educação. Os professores responderam em sua maioria que não receberam uma formação adequada, observem:

Sou novata nesta escola um ano mais ou menos e ainda não houve uma formação adequada para trabalhar com estes estudantes. É preciso mesmo. Mas, as coisas não acontecem como realmente precisamos. (P1).

No tempo que estou aqui, apenas algumas atividades pontuais que no meu ponto de vista ajudam pouco. Precisamos de tempo pra estudar, refletir e pensar novas metodologias e formações continuadas ajudariam se fossem com mais qualidade. (P2).

É difícil dizer que sim ou que não. Porque formação é algo que requer tempo e mecanismos que ajudem a nós professores a lidar com os estudantes especiais. O que existe são mais conversas sobre acolhimento, respeito e fazer o que pode ser feito. (P3).

A LDB (1996) garante que os professores tenham formações continuadas de qualidade e que não se resumam aos cursos de especialização, mestrado ou doutorado. As formações continuadas quando são realizadas com qualidade e objetivando empoderar os professores para os desafios cotidianos produzem efeitos positivos no ensino e na aprendizagem.

Logo, a formação continuada sobre inclusão e sobre os estudantes portadores de alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva também precisa fazer parte dessa formação como posto por Almeida, Pereira e Santos (2022). Assim, as redes de educação não podem negligenciar a formação continuada e jogar para os professores toda a responsabilidade para com os estudantes que precisam de condições especiais e profissionais da educação com formação adequada.

Na terceira questão, buscamos entender as condições que os professores de Geografia são submetidos para o exercício do trabalho e o questionamento foi: como é a estrutura escolar para trabalhar com os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de um aspecto? As respostas dadas, afirmam que muito ainda precisa ser feito para mudar e transformar a escola no Brasil:

A estrutura escolar é muito frágil. Não temos quase nada pra trabalhar com os alunos com deficiência. (P1).

A estrutura escolar só dispõe de salas de aula, uma sala para AEE e quase nada de material didático especializado para os professores utilizar por exemplo com nossa estudante cega. (P2).

Rapaz o que temos é as 4 paredes como estrutura. Porque falta muito material para os estudantes sejam eles com ou sem deficiência. (P3).

Diante do exposto, é notório que mesmo os professores de Geografia sendo de escolas diferentes e etapas diferentes de escolarização predomina a pouca falta de estrutura e a quase inexistência de recursos didáticos adequados para trabalhar com os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva, algo que Barros, Silva e Costa (2015) já

apontaram sobre a necessidade de pensar recursos e estrutura escolares adequadas para todos os estudantes.

Porque quando as escolas possuem uma estrutura física e de recursos didáticos adequados favorece o processo de mediação para o ensino e aprendizagem aos moldes de Vygotsky (1997).

Na quarta questão, buscamos entender se ao menos as relações entre estudantes, familiares, professores, funcionários e os estudantes que precisam de atenção especial está avançado de forma significativa e para isso a pergunta foi: na sua visão como acontece a convivência social de estudantes, funcionários, gestores e familiares com os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de um aspecto? As respostas apresentaram que o entendimento, o acolhimento e o respeito estão em processo de construção a partir do exposto a seguir:

Os estudantes com necessidade especiais começaram a chegar em nossa escola em número expressivo a partir de 2022. Isso gerou um pacto nos funcionários, estudantes professores e gestão que não estavam habituados em lidar com tantos tipos de deficiência. Hoje vejo que estão tentando conviver. (P1),

Ainda está sendo construído um espaço escolar mais inclusivo e respeitoso para com os estudantes que possuem deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva, porém há muita discriminação ainda. (P2).

Com relação a essa pergunta posso dizer que é uma relação complexa e que está sendo desenvolvida a partir do ensino que todos tem direito e merecem respeito. (P3).

O direito conquistado pelos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva e seus familiares para que possam estudar em escolas regulares é algo que ainda vem sendo implementado de forma lenta e isto também proporcionará a formação de uma sociedade que respeita e acolhe estes estudantes, mas que leva um tempo, porque é um novo paradigma que está sendo construído e que começou a mais estruturalmente a partir da Declaração de Salamanca (1994) e leis nacionais, como a lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

A quinta e última pergunta foi: como vem sendo o ensino de Geografia na escola com os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva ou mais de um aspecto? Esta pergunta pretendeu conhecer como vem sendo o ensino de Geografia com um público que requer novas metodologias de ensino e mais atenção no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos geográficos. As respostas foram as seguintes:

O ensino de Geografia vem ocorrendo de forma expositiva e com o auxílio de imagens, vídeos e interação professores e alunos. (P1).

Vem sendo de maneira expositiva na maior parte das vezes porque não temos recursos adequados para utilizar com estudantes. As demandas por compra de material quase sempre são negadas pelos que gerem os recursos da minha escola. (P2).

Infelizmente, vem ocorrendo como pode ser feito. Mas, tenho consciência que os estudantes com deficiência ou com outras necessidades precisam aprender Geografia. (P3).

Mediante estas respostas, primeiramente constata-se que o ensino de Geografia vem ocorrendo de forma expositiva e com uso de recursos já conhecidos pelos professores como imagens, vídeos pela interação professor-estudante-conteúdo que se conduzidos de maneira que crítica e revolucionária poderão desenvolver nos estudantes aprendizagens espaciais, estando de acordo com Santos (2019), Carvalho (2019) e Farias (2020).

Segundo que, a falta de material prejudica um ensino de Geografia emancipatório e que os conteúdos da Geografia precisam ser trabalhados com os estudantes que possuem alguma deficiência física, algum transtorno

global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva esse fato é louvável, pois como apontam Vygotsky (2008) e Rosario (2023) os estudantes com deficiência podem aprender algo sempre.

O professor P2 a questão que as suas solicitações de compra de material é quase sempre nega pelos que gerem os recursos financeiros da escola. Demonstrando assim, que muitos professores e gestores escolares ainda não se conscientizaram que os estudantes que possuem alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva possuem direito a material escolar adequado para melhoramento de sua aprendizagem.

## Considerações finais

Este trabalho conseguiu apresentar que a educação inclusiva em três escolas do Estado de Alagoas está em processo de implementação e construção. Mas, para que consiga cumprir os que as leis os acordos internacionais estabelecem se faz necessário uma estrutura escolar adequada, material didático adequado e formação inicial e continuada de qualidade e com foco nas necessidades dos estudantes e professores que são os responsáveis pelo processo de mediação do ensino em sala de aula.

A educação inclusiva é entendida como um direito legal nacional e internacional dos estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva e de suas famílias. Porém, este direito precisa perpassar pela equidade e pela garantia de que estes estudantes irão aprender, se desenvolver de forma adequada, respeitando suas características e convivendo com os demais estudantes e todos que compõe a escola.

Com relação ao ensino de Geografia, foi possível refletir que os estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva também precisam construir um pensamento espacial a partir dos conteúdos geográficos e que o professor de Geografia como mediador desse processo precisa de métodos de ensino e de estrutura escolar que coopere para tal finalidade.

Espera-se com este trabalho, o surgimento de novas produções científicas, que englobem o ensino de Geografia, a educação inclusiva para estudantes com alguma deficiência física, algum transtorno global do desenvolvimento, com altas habilidades e superdotação cognitiva. Possibilitando assim, modificações nos currículos de formação inicial e continuada de professores de Geografia e das estruturas físicas das escolas do Brasil.

Para que assim, possamos construir uma sociedade mais comprometida com uma educação de qualidade que conduza verdadeiramente as mudanças estruturais e a transformação social com a participação de todos, todas e todos.

## Créditos

Josias Ivanildo Flores de Carvalho - Pesquisa e manuscrito original

Francisco Kennedy Silva dos Santos - Supervisão e revisão

## Referências

ALMEIDA, J. N. LIMA, E. F. de. SANTOS, V. T. A. **Inclusão como ação mediadora do saber/fazer do professor de geografia**. In: SANTOS, F. K. S. S. (Org.). *Ensaio em ensino de Geografia: experiências e convergências*. Recife: Edições Legep/UFPE, 202.

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo:Edições 70, 2016.



BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

BARROS, B. A; SILVA, S. M. M; COSTA, P. R. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** vol.35 no.88 São Paulo jan. 2015. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2015000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100010).

CASTELLAR, S. M. V; PAULA, I. R. (2020). O PAPEL DO PENSAMENTO ESPACIAL NA CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, 10(19), 294–322. <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.922>.<https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/922>.

CAVALCANTI, L. S. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos**: uma contribuição de Vygotsky ao ensino da geografia. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

CARVALHO, J. I. F. **Formação Inicial de Professores de Geografia por meio do PIBID**: trajetórias formativas. 2019. 160p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. FARIAS, P. S. C. A Geografia escolar crítica e a formação para cidadania. Dossiê “Por uma Geografia escolar crítica”. *Revista GeoSertões*. Vol. 5, nº 10, jun./dez. 2020. <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

KENNEDY, F. Contribuições e desafios à prática docente na atualidade: uma mirada no uso das tecnologias da informação e comunicação como recursos pedagógicos no ensino de geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 193–206, 2019. DOI: 10.14393/RCG206941155.<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41155>.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

ROSARIO, P. S. A deficiência sob a perspectiva de Vigotsky: reflexões sobre a defectologia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 08, Ed. 06, Vol. 02, pp. 22-31. Junho de 2023. ISSN: 2448-0959. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/defectologia>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/defectolog.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. In: Obras completas. Tomo cinco. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.